



# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 021/2026

A autoria da presente Proposição é do Vereador Fábio Simoa Mendes Do Carmo Leite.

Trata-se de PL que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ostensiva de temporizador nos brinquedos de parques de diversão, recintos de entretenimento de shoppings centers, feiras livres, exposição em feiras típicas e similares no Município de Sorocaba, quando a cobrança for regida por tempo e dá outras providências.

**Este Projeto de Lei encontra respaldo em nosso Direito Positivo**, neste diapasão passa-se a expor:

Constata-se que o objetivo da Proposição é assegurar transparência na prestação do serviço e proteção ao consumidor quanto ao tempo efetivamente contratado, destaca-se que:

Os termos deste PL encontram fundamento na Constituição da República, a qual estabelece que é de competência dos Municípios legislar sobre interesse local, bem como, suplementar a legislação federal e estadual, *in verbis*:

## **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Destaca-se, ainda, que a matéria envolve proteção ao consumidor, tema de competência concorrente, permitindo atuação suplementar municipal; diz a CRFB:

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DE 1988**

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

Ressalta-se que a doutrina constitucional e administrativa reconhece a legitimidade da atuação normativa municipal em matérias de interesse local e proteção do consumidor:

Segundo **José Afonso da Silva**, a autonomia municipal compreende a competência para disciplinar juridicamente interesses predominantemente locais, inclusive nas relações de consumo:

*A autonomia municipal traduz-se na capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, o que inclui a competência legislativa sobre assuntos de interesse local, permitindo ao Município suplementar a legislação federal e estadual para atender peculiaridades locais.*

*SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 43ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020, p. 640–642.*

No mesmo sentido, **Celso Antônio Bandeira de Mello** ensina que o poder de polícia administrativa autoriza o Estado a impor restrições proporcionais ao exercício da atividade econômica em benefício do interesse público:





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*O poder de polícia é a atividade estatal consistente em condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade, sendo legítima a imposição de deveres administrativos desde que pautados na razoabilidade e proporcionalidade.*

*MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 867–870.*

No campo específico da defesa do consumidor, **Cláudia Lima Marques** destaca que o dever de informação constitui princípio estruturante do sistema protetivo:

*O direito à informação adequada e clara é núcleo essencial da proteção do consumidor, legitimando a intervenção normativa estatal para assegurar transparência e equilíbrio nas relações de consumo.*

*MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 8ª ed. São Paulo: RT, 2016, p. 742–745.*

Somando a retro exposição, sublinha-se que nos termos do Acórdão infra colacionado, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu entendimento que “É legítima a atuação legislativa municipal em matéria de defesa do consumidor quando restrita a aspectos locais”:

ARE 1481901

*Relator(a): Min. GILMAR MENDES*

*Julgamento: 02/09/2024*

*Publicação: 11/09/2024*

*Ementa*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*Recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Constitucional. 3. Lei Municipal nº 17.109/2019. Código Municipal de Defesa de Consumidor do Município de São Paulo. 4. Legitimidade ativa da associação autora. Entidade representante de interesses de categorias econômicas de comércio, serviços e turismo. Interesse comum identificável. 5. Competência municipal para legislar sobre direito do consumidor, desde que presente interesse local. Precedentes. 6. Negado seguimento ao recurso extraordinário. (g. n.)*

(COMPETÊNCIA LEGISLATIVA, MUNICÍPIO, PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR, INTERESSE, LOCALIDADE) RE 1188853 AgR (2ªT), RE 1476622 AgR-segundo (1ªT), ARE 1479968 AgR.

Face a todo o exposto verifica-se que este Projeto de Lei encontra guarida na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como, constata-se que esta Proposição suplementa o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e ainda, nota-se que as disposições deste PL encontram ressonância no Supremo Tribunal Federal, conforme os seguintes precedentes: ARE 1481901; RE 1188853 AgR; RE 1476622 AgR; ARE 1479968 AgR, sendo que, sob o aspecto jurídico, nada a opor.

É o parecer.

Sorocaba, 12 de fevereiro de 2026.

MARCOS MACIEL PEREIRA

Procurador Legislativo



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310031003400310037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MARCOS MACIEL PEREIRA** em 12/02/2026 14:05

Checksum: **20B46C1E2955BBAB2B40FDB4886D25CF9AEF1C69EADBDEAC3AFD6F0EB802F101**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100310031003400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.